



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 13/2021

----- Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- O presidente da Câmara justificou a falta da Vereadora e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e cinco euros e vinte cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e nove euros e noventa e dois cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não foram presentes assuntos para conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, parabenizando toda a equipa de profissionais que se encontram no processo de vacinação, dando como exemplo a sua experiencia na toma da sua primeira dose de vacina para a Covid, que tinha corrido muito bem. Continuou dizendo que em Rio Maior haviam vinte seis casos ativos de Covid, e que o Município

de Rio Maior se encontrava numa fase de risco elevado, questionou o Executivo se estes números estavam com tendência crescente ou decrescente, apelando também à população para continuarem com o máximo de cuidados, porque mesmo estando vacinados, podem contrair e transmitir o vírus. -----

----- Informou que tinha sido publicada a portaria nº 142-B/2021, que aprova o regulamento da medida “reativar desporto”, que consiste num fundo de apoio para recuperar a atividade física e desportiva no contexto de resposta à pandemia. Disse também que era uma medida que se dividia em duas partes, com cerca de trinta milhões de crédito disponíveis com condições muito boas através do Banco de Fomento para as Federações Desportivas. A outra medida que também lhe parecia muito importante, nomeadamente para Rio Maior, sendo a cidade do desporto, considerando que irão estar disponíveis trinta milhões de euros a fundo perdido, para que os clubes se possam candidatar. Informou que as candidaturas iriam estar abertas entre nove de julho e dezasseis de agosto. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, manifestando a sua satisfação pelo facto da carrinha que se encontrava abandonada no parque junto ao lar Fausta Sequeira Nobre, ter sido finalmente removida, desejando que essa perspetiva de trabalho e visão sobre o espaço públicos tenha continuação. -----

----- Continuou referindo-se à inauguração do “Parque do Rio e Villa Romana” dizendo que tinha sido um grande momento para Rio Maior, embora discordando de alguns aspetos, no entanto deixava uma nota positiva e referiu que no projeto que está a ser delineado para a “Moagem Maria Celeste” se poderia trilhar um caminho de valorização do tema “Pão de Rio Maior”, trabalhando com todas as empresas de panificação do concelho de Rio Maior. Finalizou, parabenizando a Câmara Municipal e acrescentando que, globalmente, era uma obra fantástica. -----

----- Ainda, e sobre a Villa Romana, disse que se poderia pensar numa intervenção com tecnologia e realidade aumentada para simular aquilo que foi a “Villa Romana”, desde a sua estrutura, as colunas, a “Ninfa” e os mosaicos. Disse também que com todos os problemas relacionados com a segurança e apesar da “Ninfa” ter sido encontrada naquele lugar, questionou se fazia sentido a “Ninfa” estar na Villa Romana. -----

----- Sobre o Parque do Rio, referiu que haviam alguns aspetos de pormenor, relacionados com a não existência de sombras, de rede Wi-fi, casas de banho e de um café de apoio ao Parque. Disse ainda que a população em geral tem manifestado nas redes sociais essa preocupação, opinando que era relevante garantir a sustentabilidade daquele espaço para que a população possa usufruir e permanecer no referido espaço.

----- Disse também que discordava do lettering “RM” que se encontra colocado na praça envolvente ao Cineteatro, referindo que era um atentado urbanístico e que as referidas “letras” deveriam ser colocadas no Parque do Rio, porque é uma zona mais ampla com mais espaço e mais profundidade e assim o lettering brilharia muito mais. -----

----- Falou também sobre a economia das empresas do turismo, que se encontram muito expectantes com o que irá acontecer, considerando que a pandemia covid-19, continua a não ajudar e o verão se começa a perder, e, por isso um pouco por todo o País os operadores turísticos estão muito preocupados, referindo que tinha visto alguns outdoors de divulgação de Rio Maior, no entanto foram colocadas várias imagens que depois do ponto de vista visual, nem sempre resultam da melhor forma e acabam por perder o impacto, no entanto considerou ter sido uma boa iniciativa para a promoção e divulgação do concelho de Rio Maior. -----

----- Questionando o Executivo sobre as iniciativas que estavam previstas para apoiar o turismo e as empresas neste período de verão. Disse também que não percebia o facto de Rio Maior não prover eventos para apoiar a restauração que tem sido tão fustigada pela pandemia covid-19, sugerindo que se fizesse uma semana ou quinzena gastronómica, à semelhança do que em sido feito um pouco por todo o País, porque nos últimos trinta anos em Rio Maior nada foi feito para apoiar este setor, que merece esse trabalho em rede da Câmara Municipal, em parceria com a Associação Empresarial. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que tinha tido a oportunidade de visitar a casa da cidadania Salgueiro Maia em Castelo de Vide, inaugurada pelo Senhor Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, no passado dia um de julho, no dia em que Salgueiro Maia faria setenta e sete anos. Continuou dizendo que Rio Maior também tinha dado o seu contributo para o firmamento e a consolidação da democracia dos ideais de liberdade no “25 de Novembro”, acrescentando que a Câmara Municipal de Santarém lançou um concurso para a instalação de um museu da “Liberdade”, assim como a Câmara Municipal de Peniche instalou um museu “Nacional da Libertada e da Resistência”, nas instalações daquela que foi a prisão do Estado Novo. Vila Franca de Xira, instalou também um museu do “Neorrealismo”, na lógica de reflexão e análise de preservação da memória do dia “25 de Abril”. Também o Museu do Aljube nas instalações da prisão do Aljube em Lisboa, referindo que em Rio Maior também fazia sentido ter um espaço de preservação da memória do dia “25 de Novembro” com a instalação de um Museu, também à semelhança daquilo que outros concelhos estão a fazer. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a sua intervenção congratulando um jovem riomaiorense, Tomás Frazão, de

Alcobertas, que no passado dia vinte e nove se sagrou campeão Nacional na categoria XCO-BTT, parabenizando assim o atleta e toda a sua equipa, bem como a Rio Maior porque continua a “produzir” desportistas de qualidade, desejando ao atleta Tomás Frazão um futuro risonho e que continue a elevar o nome de Rio Maior bem longe.-----

----- Relativamente às questões colocadas, começou por responder à Vereadora Vera Simões, dizendo que a organização do Centro de Saúde de Rio Maior com alguma colaboração do Município tem conseguido manter um trabalho de excelência, desde os assistentes operacionais até aos enfermeiros têm sido inexcedíveis e da parte do Município cabe prestar todo o apoio possível, para se conseguir manter todo este trabalho de excelência. Acrescentou ainda que, efetivamente, o Centro de Saúde de Rio Maior, tem recebido muitas pessoas de outros concelhos para serem vacinadas, porque têm a informação que não existe muito tempo de espera e que o serviço está muito bem organizado, nestas condições, conseguimos estar à frente no processo de vacinação da esmagadora maioria dos concelhos do País. -----

----- Relativamente ao ponto de situação do processo de vacinação, disse que os últimos números que possuía datavam de vinte de junho, nessa data com a primeira dose de vacina haviam onze mil quatrocentos e sessenta e uma pessoas, com a segunda dose cinco mil cento e quarenta e seis, referindo que estes números já se encontravam altamente desatualizados em vinte dias, considerando que o Centro de Saúde está a vacinar em média, duzentas e muitas pessoas por dia, no entanto, não existe um número fixo de pessoas a vacinar diariamente. -----

----- Continuou com um agradecimento ao Almirante Gouveia e Melo, pela forma rigorosa como tem atuado no processo de vacinação. -----

----- Sobre a Portaria e os apoios referidos pela Vereadora Vera Simões, disse que a Câmara Municipal se encontrava atenta à situação, nomeadamente o Vereador Miguel Santos e o Chefe de Divisão Fernando Costa estavam a trabalhar nesse assunto a fim de fazerem chegar toda a informação aos clubes e eventualmente prestar-lhes ajuda na elaboração de propostas, no entanto, agradeceu a informação prestada. -----

----- Sobre as questões colocadas Pelo Vereador Daniel Pinto, começou por se referir à carrinha que se encontrava estacionada no parque de estacionamento junto ao Lar Fausta Sequeira Nobre, dizendo que tinha sido um processo administrativo que tem que correr dentro do seu tempo, no entanto, já foi possível retirá-la e assim resolver esta questão. -----

----- Disse ainda, que, deste que tinha assumido o cargo de Presidente da Câmara, já tinham sido retiradas da via publica cerca de cinquenta viaturas, que se encontravam há largos anos abandonadas, referindo que era um trabalho que tem vindo a ser realizado de forma continuada. -----

----- Continuou agradecendo os elogios prestados à obra do “Parque do Rio”, e Villa Romana, dizendo que este projeto viu as suas sementes lançadas no mandato anterior e foi realizado no presente mandato sob a sua presidência e com a sua equipa, referiu que esta obra era um “marco” para Rio Maior, e que engrandece muito o cartão de visita de Rio Maior e tem conquistado o “coração” das famílias riomaiorenses que há muito tempo ansiavam pelo “seu” Rio, e é com muita emoção que vêm o Rio ser bem tratado.

----- Quando às discordâncias do projeto que referiu, disse que era algo que tinha de aceitar, porque eram escolhas e gostos. -----

----- Referiu-se à rotunda da Av. Paulo VI, dizendo que era uma obra extremamente bonita, mas acima de tudo funcional, que veio resolver um problema que existia naquele entroncamento desde a construção da Av. Paulo VI, e inclusive existia um estudo efetuado por uma empresa sobre o trânsito em Rio Maior, que identificou dois pontos negros no trânsito, sendo este entroncamento um deles. -----

----- Disse também que se beneficiou da oportunidade desta execução, para melhorar a qualidade da recolha de resíduos sólidos urbanos, colocando ali uma ilha ecológica. -

----- Informou que esta obra tinha sido concluída antes do prazo previsto na empreitada e que era um orgulho verificar que um projeto incrementado à cerca de um ano e totalmente desenvolvido por técnicos da Câmara Municipal, tenha resultado numa pequena obra com grande repercussão. -----

----- Sobre a implementação de tecnologia e realidade aumentada na Villa Romana, disse que era algo que já estava feito, a reconstrução em 3D de toda a Villa Romana já está numa fase de conclusão e será possível navegar pela Villa Romana nos diversos pontos de observação da mesma onde existirão ecrãs que farão uma projeção sobre o que se está a ver e como seria na sua originalidade. -----

---- Sobre a permanência da “Ninfa”, na Villa Romana, disse que discordava que não estavam garantidas as condições de segurança necessária para a sua permanência, não obstante, poderá vir a ser reproduzida, no sentido de pôr aquela que é a coqueluche da Villa Romana, à vista do público. -----

----- Relativamente às questões colocadas sobre o “Parque do Rio”, nomeadamente a ausência de sombras, de espaço de café e casas de banho, disse que concordava com tudo o que tinha sido dito, no entanto, e relativamente às sombras pouco há a fazer porque é necessário que as árvores que foram plantadas cresçam, quanto às casas de banho abertas ao público elas existem só e apenas na Villa Romana, e, efetivamente, poderá causar algum desconforto a quem esteja no topo norte do parque, porque terá de fazer um percurso de cerca de duzentos metros até chegar à Villa Romana, no entanto, o objetivo último será que o edifício da “Moagem”, seja o verdadeiro edifício de apoio à fruição do parque, e, aí sim, haverão casas de banho públicas e como o edifício

se encontra no meio do parque, será confortável para quem se encontre em qualquer ponto do mesmo. -----

----- Quanto ao espaço de café, disse que essa era uma preocupação, porque é uma oportunidade que o parque perde se não avançar já com esse espaço, no entanto, já se encontra planeado e o concurso já está a decorrer a fim de ser instalado um quiosque de qualidade em toda a praça da Villa Romana, para que as pessoas que frequentam o parque possam estar calmamente a usufruir do referido espaço de café, considerando que o parque tem sido utilizado em todas as horas do dia por centenas de pessoas. ----

----- Relativamente à deslocação do lettering “RM”, disse que discordava da opinião do Vereador Daniel Pinto, lembrando que o mote da sua candidatura, tinha por base o arrojo, a ousadia e a ambição e depois revela uma postura conservadora quando diz que o lettering é demasiado pesado para o espaço que ocupa. -----

----- Ainda e sobre a campanha “Descobre Rio Maior”, disse que tinha acabado de enviar a imagem do outdoor ao Vereador, dizendo que em sua opinião os outdoors resultavam muito bem, no entanto percebia o comentário feito, mas referiu que não havia uma amalgama de temas e existem em alguns outdoors dois temas que estão interligados ente si na sua temática. Continuou dizendo que se tinha feito esta campanha no seguimento do que se tem vindo a fazer na divulgação do que de melhor existe em Rio Maior, na esperança e na certeza da atração turística ao concelho, acrescentando que estava a haver um bom feedback, destas comunicações. -----

----- Disse que acreditava que a campanha “descobre Rio Maior”, sem mais e sem outra qualquer explicação em outdoor, como já se percebeu, tem muita imagem e pouco lettering, suscitando nas pessoas a curiosidade de visitar Rio Maior. -----

----- Quanto ao apoio à restauração através de um evento, disse que se estava a viver um tempo difícil para ser promover eventos desta natureza, acreditando que a sugestão do Vereador Daniel Pinto, também não era com intenção de promover este tipo de eventos neste momento. -----

----- Disse que iria fazer uma critica politica, referindo que o Vereador Daniel Pinto apresenta várias vezes exemplos daquilo que se faz noutros concelhos e ao contrário da replicação daquilo que é feito disse que preferia a originalidade. -----

----- No caso pratico que referiu sobre a casa da cidadania Salgueiro Maia, e que fez depois habilmente a ligação ao “25 de Novembro”, disse que também concordava que Rio Maior teria que exaltar o “25 de Novembro” o quanto antes, como um acontecimento politico onde a cidade de Rio Maior foi muitíssimo importante e onde também ficou célebre a frase “Aqui começa Portugal”, por isso, torna-se necessário assinalar este momento de alguma forma, acrescentando que era um objetivo da Câmara Municipal. -

----- Continuou solicitando alguma ajuda ao Vereador Daniel Pinto, para doutrinar os

elementos da sua “bancada”, inclusive na Assembleia Municipal, porque não se pode
quiere exaltar o “25 Abril” e diabolizar a “Moca” de Rio Maior, porque acaba por ser um
contrassenso, portanto a história é história, não pode ser apagada e deve ser
perpetuada, respeitada, quanto mais não seja, para evitar que seja repetida e nesse
sentido disse que também concordava que o “25 de Novembro”, seja exaltado na sua
plenitude, mas nessa plenitude tal como aconteceu no “25 de Abril”, nem só coisas
bonitas aconteceram. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que corroborava das palavras que foram ditas
pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador Daniel Pinto, relativamente ao dia “25 de
Novembro”. -----

----- Dirigiu-se ao Vereador Daniel Pinto, referindo-se aos outdoors que pretendem
promover, um produto ou um serviço, disse que ter outdoors muito bonitos, mas que
depois não “vendem”, já estão fora de moda, portanto opinou que, pelo facto de ter visto
os outdoors, é um sinal de que estão a cumprir a sua primeira função que é chamar a
atenção daquelas que são potenciais consumidores dos produtos, concelhios, depois
se são ou não bonitos, é discutível, disse que os achava harmoniosos e têm a
capacidade de mostrar o leque de ofertas que Rio Maior tem, e que não procuram Rio
Maior só para visitarem as Salinas ou a Villa Romana, mas sim passarem algum tempo
e usufruírem daquilo que a cidade oferece, e, sobretudo procurarem saber sobre a
campanha “Descobre Rio Maior”. -----

----- Ainda e sobre a referida campanha, disse que esta tinha tido início no ano transato
durante a pandemia e era fruto do plano de ação da Câmara Municipal para o período
pós Covid, acrescentando que este ano iria volta mais forte e com uma qualidade
superior, sendo os outdoors um exemplo. Havia também outras ações, concluiu, dizendo
que esta campanha estava a conseguir uma boa afluência de visitantes. -----

----- Relativamente ao apoio às empresas de Rio Maior, disse que havia um conjunto
de ações que iriam acompanhar esta época de Verão e que se espera ter algum reflexo
ao nível do consumo. -----

----- Quanto à adaptação e apoio às empresas e ao turismo, disse que Rio Maior
durante este período de pandemia, tem sabido adaptar-se, nomeadamente com a
criação de cerca de trezentos quilómetros de percursos de BTT e pedestre por todo o
concelho, e, mesmo nesta fase de pandemia, Rio Maior tem uma oferta de um turismo
seguro e por isso continua a ser uma opção. -----

----- Continuou partilhando uma opinião pessoal, dizendo que as Câmaras Municipais
um pouco por todo o País, têm procurado soluções para ajudar a minimizar os

problemas dos empresários e do turismo, no entanto e após todos os esforços desenvolvidos as soluções já são escassas. Disse ainda, que como Vereador da área do turismo sofria por ver o turismo a definhir e também sentia na primeira pessoa porque era empresário numa área que dependia do turismo. -----

----- Disse também que neste momento as Câmaras Municipais não conseguem fazer muito mais do que aquilo que têm feito, e cabe sobretudo ao Governo Central, neste período de pandemia, dar uma resposta clara e inequívoca às empresas, referindo que essa resposta não era claramente com a abertura de linhas de crédito, porque nestes últimos tempos se tem verificado um endividamento cada vez maior das PME's, por isso é necessário fazer apostas claras e inequívocas que possam ajudar as empresas nesta fase. -----

----- Terminou, dizendo que se encontrava preocupado, mas acreditava que era crucial preparar o futuro. Disse ainda que tinha ouvido uma notícia, sobre dados publicados pelo Banco de Portugal, que referia que os Portugueses tinham poupado neste período de pandemia, dezassete mil milhões de euros, disse que os pouparam porque não tinham forma de o gastar, no entanto iram voltar a investi-los e grande parte da população irá investi-los na sua saúde mental, porque as pessoas estão sedentas de “sair”, e neste sentido Rio Maior apresenta-se cada vez mais com uma marca presente e será com certeza a escolha de muitos Portugueses. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que era com agrado que via a política de turismo do Município, pese embora não seja perfeita como nenhuma será, mas conseguiu pôr os operadores e players do setor a pensar fora da “caixa”, a discutir este assunto e a procurar alternativas, e isso é mérito, em primeiro lugar, dos operadores e em segundo lugar da Câmara Municipal, que promove estes encontros e estas conversas. -----

----- Continuou dizendo que há quem discuta o turismo pela positiva e se preocupe em fazer Rio Maior avançar, mas também há quem, apenas e só, se preocupe em organizar eventos relacionados com a discussão do ponto de vista turístico, onde na realidade o que pretendem é a promoção política e a autopromoção, e sobre isso nunca serão “adeptos”, a Câmara Municipal e até a nível partidário estará sempre afastada dessas discussões. -----

----- Disse que o turismo na Câmara Municipal de Rio Maior discutir-se-á sempre pela positiva, enquanto esta equipa fizer parte desta Câmara, e nunca estarão disponíveis para fazer do turismo uma “bandeira” política seja de ataque ou de qualquer outra forma negativista. -----

----- Continuou dizendo que acreditava que os “atores” políticos do concelho devem ser embaixadores do mesmo e não carrascos, portanto ao invés de serem desenvolvidos

meios de comunicação em papel que depois são “panfletos” propagandistas políticos onde se diz que jardins e rotundas todos os Municípios têm, provavelmente deveriam ser oferecidas soluções validas para o concelho de Rio Maior, bem como discutir o turismo e Rio Maior como um todo, e mais uma vez, ao invés de se reclamar do que está bem feito, apregoando aos sete ventos que tudo o que existe não cumpre as necessidades dos riomaiorenses. -----

----- Disse que enquanto riomaiorense esta era uma situação que o deixava entediado, verificar que existiam pessoas com atividade politica que preferem pensar no seu “umbigo” ao invés de pensarem no desenvolvimento harmonioso do concelho, acrescentando que jardins e rotundas todos têm, no entanto tão bonitas como as de Rio Maior era difícil. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE SETEMBRO.** -----

----- Não foram presentes Despachos para ratificação. -----

----- **CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA, E DE RECURSOS HUMANOS, MARIA DE LURDES VIOLANTE.** -----

----- Sugeriu ao Presidente da Câmara que fosse feita alteração de um assunto na Ordem de Trabalhos, considerando que fazia mais sentido que Plano de Transportes para o ano letivo 2021/2022, fosse prévio à aprovação dos pontos anteriores, uma vez que os dois pontos primeiros da Ordem de Trabalhos decorrem da aprovação do Plano de Transportes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Propôs aos Vereadores que fosse feita uma renumeração dos pontos da Ordem do Dia, passando o Ponto nº IV para nº II, o Ponto nº II para nº III e o Ponto nº III para nº IV. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2021/2022** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2021/2022, e autorizar a despesa constante no ponto 2 da informação, registo interno nº12852, que se prevê no valor total de 254 270,00€ com IVA incluído à Taxa de 6%. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dizendo que lhes tinha sido distribuído o Plano de Transportes e analisando os mapas constantes no mesmo era possível perceber que existe uma

interação entre as localidades do concelho e algumas freguesias limítrofes. Disse que o Plano de Transportes era municipal, e sabendo que, cada vez mais, os estabelecimentos escolares como a Escola Secundária e a Escola Profissional vivem também das interações regionais, questionou o Executivo sobre a forma como se integrava e como estava a ser feita a gestão deste modelo municipal também com a Rodoviária do Tejo, na certeza de que em Rio Maior, a Câmara Municipal e o setor da Educação devem assegurar que existem boas ligações de transportes intermunicipais.-

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para responder à questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que de facto era esta questão que trazia alguma preocupação. Disse que o Plano de Transportes tinha sido executado de acordo com as informações prestadas pelas escolas relativamente ao número de matrículas e perspetivas que tem em relação aos alunos. Estas questões têm sido sempre consertadas com a Rodoviária do Tejo, que tem sido o prestador do serviço, afirmando também que, sempre que se verifica a necessidade de um aluno de um concelho limítrofe fazer uma ligação, essas situações são pontualmente analisadas. -----

----- Disse que o Plano de Transportes é proposto e analisado em Conselho Municipal de Educação que é composto também pela Rodoviária do Tejo e pelos Diretores das Escolas, onde esta situação é sempre discutida e analisada, bem como o facto de entre Caldas da Rainha, Santarém e Azambuja, ser sempre necessário uma fluidez de ligações que permitam que os alunos possam estar a tempo nas salas de aulas. -----

----- Acrescentou que o Plano apresenta os dados que as escolas têm no momento e que muitos alunos dos concelhos limítrofes nem sempre estão matriculados nesta altura, porque estão a aguardar o final do ano letivo e também quando vêm para o ensino secundário não é fácil perspetivar. Disse ainda que quando se trata de situações particulares estas são sempre analisadas pontualmente durante o ano letivo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. - -

----- **PONTO III – AQUISIÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2021/ 2022**
| ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO | CIRCUITOS ESPECIAIS
ESCOLARES. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Subunidade Administrativa de Educação e respetivo parecer da Senhora Chefe de Divisão da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação, no âmbito das atribuições do Município no domínio em matéria de Educação e Ação Social, de acordo com a as alíneas d) e hh), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º e nº 1 do artigo 33º da Lei n.º

75/2013, de 11 de janeiro, autorizar a abertura do procedimento de concurso público e respetiva adjudicação por lotes, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2021/2022, pelo preço base de € 179 280 (cento e setenta e nove mil duzentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e dividido pelos seguintes lotes:

----- Lote 1 - Circuitos especiais escolares (AEMS) Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, pelo preço de € 100 125,00 (cem mil cento e vinte e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 2 - Circuitos especiais escolares (AEFCPS) Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 72 980,00 (setenta e dois mil novecentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 3 - Transportes no âmbito do Programa Pedagógico, pelo preço base de € 6 175,00 (seis mil cento e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

----- Designar, nos termos do n.º 1 do art. 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: -----

----- Presidente: Marta Flor, Chefe de Divisão da UASSE; -----

----- Vogais: Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da UPGF; -----

----- Fernanda Maria Machado Agostinho, Assistente Técnica; -----

----- Suplentes: Ana Maria Henriques Piedade - Coordenadora Técnica da SAE; -----

----- Rute Isabel Lopes Martins Lucas - Técnica Superior; -----

----- Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento; -----

----- Aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP; -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO IV – AQUISIÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2021/2022**

- **SERVIÇO DE TÁXI | ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações emitidas pela Subunidade Administrativa de Educação e respetivo parecer da Senhora Chefe de Divisão da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação, no âmbito das atribuições do Município no domínio em matéria de Educação e Ação Social, de acordo com a as alíneas d) e hh), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º e nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 11 de janeiro. -----

----- 1. Abertura de procedimento de consulta prévia ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do

artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para a Aquisição de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2021/2022 – Serviço de Táxi, pelo preço base de € 25 532,28 (vinte e cinco mil quinhentos e trinta e dois euros e vinte e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e dividido pelos seguintes lotes: -----

----- Lote 1 - Ribeira de Fráguas / EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 3 681,04 (três mil seiscentos e oitenta e um euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 2 - São Sebastião / EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 2 509,80 (dois mil quinhentos e nove euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 3 – Correias / EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 5 354,24 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 4 – Vale Medo - São Sebastião/ EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 2 509,80 (dois mil quinhentos e nove euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 5 – Azambujeira - Benedita /EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, pelo preço base de € 3 346,40 (três mil trezentos e quarenta e seis euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 6 – Chainça – Rio Maior / EB Fernando Casimiro Pereira da Silva; pelo preço base de € 669,28 (seiscentos e sessenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 7 – Boiças / EB Marinhãs do Sal, pelo preço base de € 2 175,16 (dois mil cento e setenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 8 – Outeiro da Cortiçada / Escola Secundária Dr. Augusto Cesar da Silva Ferreira, pelo preço base de € 3 948,00 (três mil novecentos e quarenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Lote 9 – Senta / EB Marinhãs do Sal, pelo preço base de € 1 338,56 (mil trezentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

----- 2. Designar, nos termos do n.º 1 do art. 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: -----

----- Presidente: Marta Flor, Chefe de Divisão da UASSE; -----

----- Vogais: Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da UPGF; -----

----- Fernanda Maria Machado Agostinho, Assistente Técnica; -----

----- Suplentes: Ana Maria Henriques Piedade, Coordenadora Técnica da SAE; -----

----- Rute Isabel Lopes Martins Lucas, Técnica Superior. -----

----- 3. Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento; -----

----- 4. Aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP.

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V – LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS/AS À 1ª ATRIBUIÇÃO – BOLSAS DE ESTUDO OS/AS ALUNOS/AS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2020-2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior e com base nos fundamentos expostos na informação emitida, aprovar a lista definitiva dos candidatos/as admitidos/as para a 1ª Atribuição das Bolsas de Estudo – ano letivo 2020-2021.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dizendo que este assunto deveria merecer por parte da Câmara Municipal uma gestão mais cuidada mais dinâmica e mais continuada, porque a Câmara Municipal não deveria ser apenas e só uma entidade financiadora de entrega de montante financeiro. -----

----- Mas tão ou mais importante que o apoio financeiro é todo um trabalho de planeamento e desenvolvimento, de análise e reflexão com os riomaiorenses que vão para o ensino superior, e, ao longo do tempo, deveriam ser “geridos”, aproveitado todo o seu Now How e conhecimento, por conseguinte, Rio Maior deveria encontrar um fórum, um momento que não fosse só de dez em dez anos, quando se apresenta o Plano de Desenvolvimento com as linhas estratégicas, dos grandes horizontes, que nos últimos anos têm sido ligados aos fundos comunitários. -----

----- Finalizou a sua intervenção, sugerindo que se deveriam apontar baterias para o futuro, porque esses ciclos são muito longos, opinando que anualmente deveria existir um momento para juntar todos os alunos que vão para o ensino superior. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio dizendo que concordava com a sugestão dada pelo Vereador Daniel Pinto, e informou que já tinha sido iniciado um trabalho de revisão do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior, porque existem algumas fragilidades e por isso deverá ser melhorado. -----

----- Na referida revisão e no repensar do Regulamento que estão a ser elaborados com

a colaboração das escolas, com diversas entidades e com o Conselho Local da Ação Social, o Executivo está a trabalhar do sentido de prever de que forma poderá ser feito esse evento e que estratégias poderão ser implementadas para ver esse trabalho continuado. Neste momento os técnicos estão a organizar as propostas e assim que ficar finalizado será dado a conhecer aos Senhores Vereadores. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, ausentou-se da sala por estar impedido de votar. -----

----- **PONTO VI - AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO N.º 04/2020, | AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – PROJETO DE DECISÃO | APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO;** -----

-- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Unidade Jurídica e Contratação Pública, aprovar a adjudicação da Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços) ao consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurante e Alimentação, S.A. / Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., até ao montante de € 554.245,42 (quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Que os termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário seja notificado para:

----- a) No prazo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação apresentar os documentos de habilitação, fixados no ponto 10 do convite do procedimento; -----

----- b) No prazo de 10 dias a contar da data da notificação da adjudicação prestar uma caução no montante de € 27.712,27 (vinte e sete mil setecentos e doze euros e vinte e sete cêntimos), referente a 5% do valor total da adjudicação. -----

----- A aprovação da minuta do contrato nos termos proposto. -----

----- A retificação da deliberação de Câmara Municipal de Rio Maior do dia 31 de maio de 2021 e, consequentemente, que seja designada a Técnica Superior Ana Isabel Piedade Santana para gestora do contrato com a função de acompanhar permanentemente a sua execução. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dizendo que compete a uma Câmara Municipal estar atenta e quem tem a responsabilidade de gerir estes temas devendo acompanhar as dinâmicas e tendências do mundo, sendo certo que não se sabe o que acontecerá no futuro, a verdade é que a pandemia também veio dar ensinamentos ao nível da sustentabilidade e do ambiente. -----

----- Todos sabem que muitas vezes estes processos globais de aquisição de bens e matérias primas alimentares, assentam em modelo que não são amigos do ambiente e da sustentabilidade económica e social, dizendo que existem sinais e estudos muito claros e evidentes e também exemplos práticos, de algumas Câmaras que já estão a fazer esse caminho de reversão deste modelo de aquisição de matérias primas alimentares, para o fornecimento de refeições escolares. -----

----- Os estudos feitos demonstram as grandes vantagens ambientais que existe num modelo de gestão local, de aquisição local e de confeção local, opinando que os Vereadores e a Câmara Municipal deveriam analisar e ficar atentos a este tema e que no futuro se possa tomar a decisão mais correta para Rio Maior, e assim poder contribuir para o progresso do comércio local. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que concordava com a sugestão do Vereador Daniel Pinto e havendo a possibilidade de adquirir a matéria prima localmente, era obviamente do interesse de todos poder-se potenciar a atividade local. -----

----- Continuou dizendo que as novas práticas assentam na sustentabilidade e esse é o caminho que o mundo está a fazer como um todo, no entanto, em Portugal, a legalidade assenta no código de contratação pública, por conseguinte, existe sempre este impedimento de não poder fazer determinadas escolhas, ainda assim, nos procedimentos que são feitos pela Câmara Municipal, as empresas concorrentes nos termos do caderno de encargos são obrigadas a que determinada percentagem das compras sejam feitas localmente e numa produção mais sustentada e com a legalidade existente neste momento isto é apenas o que é permitido fazer, no entanto percebendo e respeitando, cabe ao Executivo fazer cumprir a legalidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- O Vereador **Miguel Filipe da Silva Santos**, regressou à sala de reuniões. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Propôs aos Vereadores que a discussão dos Pontos nº VII e VIII, fosse feita em conjunto, considerando que os mesmos tratam a mesma matéria, sendo a votação feita de forma separada após a discussão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

---- **PONTO VII - DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS | ANULAÇÃO DA RECEITA | PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Unidade Jurídica e Contratação Pública, autorizar a anulação da receita e a devolução dos valores pagos a título de juros de mora e custas do processo, no

montante de € 23,99 (vinte e três euros e noventa e nove cêntimos) -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VIII - DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS | ANULAÇÃO DA RECEITA | PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.** -----

O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pela Unidade Jurídica e Contratação Pública, autorizar a anulação da receita e a devolução dos valores pagos a título de juros de mora e custas do processo, no montante de € 19,96 (dezanove euros e noventa e seis cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO | OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO | URBANIZAÇÃO DO BARREIRO | RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no Auto de Vistoria n.º 4/2021 de 08/06/2021, com o registo interno n.º 11521/2021 e no parecer com o registo n.º 13725 de 02/07/2021, e de acordo com o requerido, aprovar a receção definitiva das obras de urbanização da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 7/1997.: -----

----- 1- aprovar, por declaração, a presente proposta de alteração por adaptação do PDM de Rio Maior ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; -----

----- 2- Transmitir a referida declaração, acompanhada da proposta de alteração por adaptação do PDM de Rio Maior ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, à Assembleia Municipal e, posteriormente, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; -----

----- 3- Após as diligências referidas no ponto anterior, remeter a declaração para publicação e depósito: -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – CERTIFICAÇÃO DE REUNIÃO DE REQUISITOS PARA DESTAQUE DE PARCELA | OUTEIRO DO CUÇO - SÃO SEBASTIÃO | RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 13716 de 02/07/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 3.393,00m2 do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 106/19920806 e inscrito na matriz predial sob o artigo 79 da secção I da freguesia de Fráguas, com uma área total de 12.933,00m2.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI - CERTIFICAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO | CASALINHO | MALAQUEIJO | RIO MAIOR.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 13682 de 02/07/2021 e na informação n.º 11361 de 07/06/2021, e de acordo com o requerido, certificar que, o caminho que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1 da secção A da união de freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, é considerando caminho público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS | ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE VALE MARINHAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio financeiro à Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vale Marinhas, no montante de € 8.000 (oito mil euros) para a aquisição de equipamentos essenciais para cozinha, concluído assim as obras de requalificação da associação, tendo em conta a necessidade comprovada e o manifesto interesse público que representa a dinamização deste espaço para a população de Vale Marinhas, bem como de todo o Concelho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

---- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

-----ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram onze horas e dez minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____